

RECEBI O ORIGINAL

Em: 15/09/2023

Jones



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA DE SUPRESSÃO VEGETAL N.º 136/2023

<b>Empresa/Interessado:</b> Ivson Coelho e Silva		
<b>Endereço p/correspondência:</b> Condomínio Alphaville 1, Alameda Canadá, Quadra X1, Lote 14, Ponta Negra, Manaus-AM.	<b>CEP:</b>	
<b>CNPJ/CPF:</b> 878.157.613-72	<b>Inscrição Estadual (SEFAZ-AM):</b>	
<b>Fone:</b> (92) 99141-1057	<b>E-mail:</b>	
<b>Processo nº:</b> 013750/2023-01	<b>ASV decorrente da LI Nº:</b> NA	
<b>Modalidade do Projeto no SINAFLO:</b> Uso Alternativo do Solo - UAS		
<b>Recibo SINAFLO:</b> 21319307	<b>Área a ser suprimida:</b> 0,0587 ha	
<b>Registro No IPAAM:</b> 1012.2321	<b>Compensação Ambiental:</b> NA	
<b>Volumetria Autorizada (dados do Inventário Florestal) 11,07 st de lenha</b>		
<b>Finalidade:</b> Autorizar a supressão da vegetação para construção de unidade residencial, na Quadra X1, Lote 15, Alphaville 1, Ponta Negra, em uma área de 0,0587 ha.		
<b>Potencial Poluidor/Degradador:</b> NA	<b>Porte:</b> NA	<b>Validade:</b> 01 Ano
<b>Responsável Técnico pela Elaboração/Execução:</b> Jenna Gomes de Souza		
<b>Anotação de Responsabilidade Técnica-ART:</b> AM2023038079		

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO

<b>Proprietário do Imóvel:</b> Ivson Coelho e Silva	
<b>CPF/CNPJ:</b> 878.157.613-72	<b>CAR:</b> Não se aplica
<b>Localização:</b> Av. José Augusto Loureiro, s/nº, Quadra X1, Lote 15, Condomínio Alphaville Manaus 1, Bairro Ponta Negra, Manaus-AM.	

Coordenadas geográficas de referência (Datum SIRGAS 2000):

Vértice	Latitude	Longitude	Vértice	Latitude	Longitude
P-01	03°03'19,63"S	60°05'53,21"W	P-04	03°03'19,54"S	60°05'52,63"W
P-02	03°03'19,47"S	60°05'52,91"W	P-05	03°03'20,30"S	60°05'52,15"W
P-03	03°03'19,46"S	60°05'52,78"W	P-06	03°03'20,60"S	60°05'52,67"W

Manaus-AM,

15 SET 2023

Rosa Mariette Oliveira Geissler  
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente

IMPORTANTE:

- Fica expressamente proibido o transporte do material, sem o Documento de Origem Florestal - DOF
- O uso irregular desta LAU implica na sua invalidação, bem como nas sanções previstas na legislação;
- Este Documento não contém emendas ou rasuras;
- Este Documento deve permanecer no local da exploração para efeito de fiscalização (frente e verso)
- O volume autorizado não quita volume pendente de reposição florestal;
- Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico

## RESTRIÇÕES E/OU CONDICIONANTES DE VALIDADE DESTA LICENÇA: LAU-SV N.º 136/2023

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental Única deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n.º.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado;
4. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens;
5. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
6. A presente Autorização de Supressão Vegetal - ASV está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n.º 013750/2023-01, e nas peças técnicas cadastradas no SINAFLOR;
7. Quando da intervenção em Área de Preservação Permanente, o interessado deverá solicitar a anuência.
8. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67.
9. Fica proibida a comercialização e o transporte do material lenhoso oriundo do corte das espécies protegidas na forma da Lei;
10. Realizar durante o período de supressão vegetal as medidas preventivas e mitigadoras dos impactos relacionados fauna silvestre.
11. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12, alterada pela Lei n.º 12.727/12.
12. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
13. Em caso de nova solicitação, o executor deve apresentar relatório parcial da supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, área suprimida, área a ser suprimida, volume em m<sup>3</sup>, comprovação da destinação do material vegetal já suprimido, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença.
14. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando da construção das vias de acesso para transposição na área;
15. Em caso de doação da lenha ora autorizada, obrigatória à homologação do pátio;
16. Esta Licença Ambiental Única – LAU autoriza somente a extração das espécies e volumetria listadas;
17. Fica expressamente proibido o corte da andiroba (*Carapa guianensis*; *Carapa paraense*) e copaíba (*Copaifera trapezifolia hayne*; *Copaifera reticulata*; *Copaifera multijuga*), de acordo com o Decreto Estadual n 25.044/05;
18. Não são passíveis de exploração para fins madeireiros a Castanheira (*Bertholletia excelsa*) e a Seringueira (*Hevea spp.*), em florestas naturais, primitivas ou regeneradas, conforme estabelece o Decreto Federal n.º 5.975/06.
19. O executor deve apresentar relatório de execução da supressão da vegetação com a respectiva ART do profissional habilitado contendo as seguintes informações: número de indivíduos retirados, volume em m<sup>3</sup>, comprovação da destinação do material vegetal, coordenadas geográficas, registro fotográfico e outras informações pertinentes no prazo de validade da licença.
20. Esta autorização para supressão da vegetação é para uma área correspondente a **0,0587 ha**.
21. Não é permitida a realização de queimada na área objeto desta autorização.
22. A supressão está condicionada ao pagamento da reposição florestal, conforme Lei Federal n.º 12.651/12, Lei Estadual n.º 3.789 de 27 de julho de 2012 e Decreto Estadual n.º 32.986 de 30 de novembro de 2012, devendo apresentar o comprovante de pagamento de reposição florestal durante a vigência da licença.